

A prevenção e a luta
contra a violência
doméstica
e a protecção das
respectivas vítimas,
maioritariamente
mulheres, ocupa um
lugar da maior
relevância
(...) no âmbito dos
programas de
segurança comunitária
desenvolvidos pelo
Ministério da
Administração Interna
(...) porque a luta
contra este fenómeno
criminal é uma luta
na qual deve intervir
toda a comunidade.



DGAI DIRECÇÃO GERAL
DE ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2

COLECÇÃO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

2

**A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES**
ESTUDO SÓCIO-CRIMINAL

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

Gilberta Pavão Nunes Rocha
Piedade Lalanda

Suzana Nunes Caldeira
Áurea Sousa
Ana Cristina Palos
Daniela Soares

COLABORAÇÃO

Sofia Rodrigues
Derrick Mendes



CONHECER PARA MELHOR PREVENIR

**A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES**
ESTUDO SÓCIO-CRIMINAL

**A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES**
ESTUDO SÓCIO-CRIMINAL

No âmbito dos programas de segurança comunitária desenvolvidos pelo Ministério da Administração Interna, através dos Contratos Locais de Segurança, a prevenção e a luta contra a violência doméstica e a protecção das respectivas vítimas, maioritariamente mulheres, ocupa um lugar da maior relevância porque a luta contra este fenómeno criminal é uma luta na qual deve intervir toda a comunidade.

A transformação da violência doméstica em crime público, a sua previsão como crime autónomo e a sua qualificação como crime de prevenção e investigação prioritárias nas Leis de Política Criminal são alguns dos maiores progressos registados na ordem jurídica portuguesa nos últimos 20 anos.

A prevenção e a luta contra a violência doméstica dependem das leis mas também da acção das forças de segurança, que hoje estão mais preparadas para o apoio às vítimas graças às acções de formação, aos programas de policiamento de proximidade e à existência de instalações próprias nas esquadras da PSP e nos postos da GNR.

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

ESTUDO SÓCIO-CRIMINAL

PROPRIEDADE

Ministério da Administração Interna
Direcção Geral de Administração Interna

TÍTULO

Estudo sócio-criminal sobre a violência
doméstica na Região Autónoma dos Açores

EDIÇÃO

Cadernos de Administração Interna

COLECÇÃO

Colecção Direitos Humanos e Cidadania

COORDENAÇÃO DE EDIÇÃO

Carlos Fogaça

APOIO CIENTÍFICO À EDIÇÃO SÍNTESE

António Manuel Marques

DESIGN DE COMUNICAÇÃO

José Teófilo Duarte [Direcção de Arte]
Eva Monteiro | Filipa Fernandes [Paginação]
www.ddlx.pt

TRADUÇÃO

Cognibridge, Lda

IMPRESSÃO

Corlito, Soluções Gráficas

ISBN

978-989-95928-9-6

NÚMERO DE EXEMPLARES

750

DATA DE IMPRESSÃO

Novembro 2010

DEPÓSITO LEGAL

320013/10

NOTA SOBRE A PRESENTE EDIÇÃO	15
PREFÁCIO INSTITUCIONAL	17
INTRODUÇÃO GERAL	23

PARTE I

CONTEXTOS TEÓRICOS E SOCIAIS

INTRODUÇÃO	33
------------------	----

CAPÍTULO 1 A PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA 35 |

1.1. Enquadramento teórico.....	35
1.2. Legislação recente em Portugal. O caso dos Açores	42
1.3. Fontes e procedimentos metodológicos.....	44
Abordagem metodológica quantitativa.....	46
Abordagem metodológica qualitativa.....	47

CAPÍTULO 2 ENQUADRAMENTO SÓCIO-DEMOGRÁFICO

DOS AÇORES	49
2.1. População e família.....	49
2.2. Educação.....	56
2.3. Emprego e profissão.....	58

CAPÍTULO 3 OS AÇORES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL..... 61 |

3.1. Estudos prévios	61
3.2. Denúncia.....	64

CONCLUSÕES	75
------------------	----

PARTE II

VIOLÊNCIA CONJUGAL NOS AÇORES 2007-2009

INTRODUÇÃO	79
------------------	----

CAPÍTULO 4 DENÚNCIAS E OCORRÊNCIAS 81 |

4.1. Nos Açores	82
4.1.1. Denúncia	82
4.1.2. Ocorrências.....	83
4.2. Nas ilhas	86

CAPÍTULO 5 A VÍTIMA	91
5.1. Nos Açores	92
5.2. Nas ilhas	97
CAPÍTULO 6 O AGRESSOR	103
6.1. Nos Açores	104
6.2. Nas ilhas	107
CAPÍTULO 7 A TESTEMUNHA	113
CONCLUSÕES	117

PARTE III

ATENDIMENTO, PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DA ACTUAÇÃO POLICIAL

INTRODUÇÃO	121
-------------------------	-----

CAPÍTULO 8 A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

VISTA PELA PSP	123
8.1. Apresentação da queixa	123
8.2. O acolhimento na esquadra	127

CAPÍTULO 9 A PSP E A DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

SEGUNDO AS VÍTIMAS	133
9.1. O contacto da vítima com a PSP	133
9.2. Sentimentos vividos pela vítima	141
9.2.1. Segurança e alívio	141
9.2.2. O poder e a violência continuada	141
9.2.3. Desorientação e angústia	142
9.2.4. O medo	143

CAPÍTULO 10 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

POR PARTE DA PSP	147
10.1. A visibilidade do fenómeno	147
10.2. Causas e a evolução do fenómeno nos Açores	152
10.3. A percepção e a realidade dos factos	157
10.4. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)	157

CAPÍTULO 11 REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA POR PARTE DAS VÍTIMAS	165
11.1. As representações de vítima e de agressor	165
11.1.1. Ser vítima	165
11.1.2. Ser agressor	173
11.2. Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e Inventário de Violência Conjugal (IVC).....	175
CONCLUSÕES	181

PARTE IV

MELHORIAS NO CONHECIMENTO E NA ATITUDE RELATIVA À VIOLÊNCIA CONJUGAL

INTRODUÇÃO	187
-------------------------	-----

CAPÍTULO 12 CONSTRANGIMENTOS E MELHORIAS

SEGUNDO A PSP	189
12.1. Privacidade no espaço da Esquadra	189
12.2. O que fazer? Afastar a vítima ou o agressor?	191
12.3. A importância do trabalho em rede	194
12.4. Ações preventivas e a formação dos agentes	195

CAPÍTULO 13 MUDANÇAS E MELHORIAS SEGUNDO AS VÍTIMAS 197 |

13.1. O registo do auto de denúncia	197
13.2. A qualidade da comunicação	198
13.3. A qualidade do atendimento	200
13.4. O flagrante delito e a necessidade de separação	202

CONCLUSÕES	207
-------------------------	-----

CONCLUSÃO GERAL	209
------------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	219
---------------------------	-----

GRÁFICOS

CAPÍTULO 2 ENQUADRAMENTO SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS AÇORES

2.1. População e família

Gráfico 2.1.1. Estrutura etária dos Açores, por ilha, em 2001 (%).....51

Gráfico 2.1.2. Evolução da importância relativa dos jovens nos Açores e ilhas entre 2001 e 2008 (%).....52

Gráfico 2.1.3. Evolução da importância relativa dos activos nos Açores e ilhas entre 2001 e 2008 (%).....52

2.2. Educação

Gráfico 2.2.1. População de Portugal e dos Açores, por níveis de instrução, em 2001 (%) 57

CAPÍTULO 3 OS AÇORES NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL

3.2. Denúncia

Gráfico 3.2.1. Vítima por estado civil (%)67

Gráfico 3.2.2. Vítima por consequências da agressão (%).....69

Gráfico 3.2.3. Agressor por estado civil (%).....71

CAPÍTULO 4 DENÚNCIAS E OCORRÊNCIAS

4.1. Denúncia

4.1.2. Ocorrências

Gráfico 4.1.2.1. Motivo da intervenção policial por local de ocorrência (%) 84

Gráfico 4.1.2.2. Motivo da intervenção policial por hora de ocorrência (%).....85

4.2. Nas ilhas

Gráfico 4.2.1. Denúncias por ilha (%) 86

Gráfico 4.2.2. Taxas de incidência por ilha (‰)..... 88

CAPÍTULO 5 A VÍTIMA

5.1. Nos Açores

Gráfico 5.1.1. Vítima por grupos etários (%).....	93
Gráfico 5.1.2. Situação face ao trabalho da vítima (%).....	94
Gráfico 5.1.3. Vítima por profissão (%).....	95
Gráfico 5.1.4. Consequências da agressão para a vítima (%).....	96

5.2. Nas ilhas

Gráfico 5.2.1. Vítima por sexo e ilha (%).....	98
Gráfico 5.2.2. Vítima por grupos etários e ilha.....	99

CAPÍTULO 6 O AGRESSOR

6.1. Nos Açores

Gráfico 6.1.1. Agressor por estado civil (%).....	104
Gráfico 6.1.2. Agressor por grupo etário (%).....	105
Gráfico 6.1.3. Agressor por profissão (%).....	106

6.2. Nas ilhas

Gráfico 6.2.1. Agressor por grupo etário e ilha (%).....	108
--	-----

CAPÍTULO 7 A TESTEMUNHA

Gráfico 7.1. Relação das testemunhas com a vítima, nos Açores (%).....	114
Gráfico 7.2. Relação das testemunhas com o agressor, nos Açores (%).....	115

QUADROS

CAPÍTULO 2 ENQUADRAMENTO SÓCIO-DEMOGRÁFICO DOS AÇORES

2.1. População e família

Quadro 2.1.1. Evolução da população residente nos Açores, por ilha (1981-2001).....	50
Quadro 2.1.2. Dimensão média da família nos Açores de 1981 a 2001 (%).....	53
Quadro 2.1.3. Dimensão da família nos Açores, por ilha, em 2001 (%).....	54

Nota sobre a presente edição

A presente edição resulta integralmente do projecto realizado entre Janeiro de 2009 e Fevereiro de 2010 pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores e intitulado *Estudo Sócio-criminal sobre a Violência Doméstica na Região autónoma dos Açores*. Tratou-se de uma investigação financiada pelo Ministério da Administração Interna, através da Direcção-Geral de Administração Interna, que teve como objectivo geral actualizar e aprofundar o quadro de referência do conhecimento sobre a violência doméstica na Região Autónoma dos Açores.

O excepcional trabalho desenvolvido pela equipa de investigadores coordenados pelas Professoras Gilberta Rocha e Piedade Lalanda veio a materializar-se num relatório final, cuja dimensão, como se antecipa, é insusceptível de publicação alargada. Assim, desde logo se admitiu que esse relatório de pesquisa deveria ficar disponível em formato digital, para consulta através da *web* (no sítio da DGAI e da própria Universidade), e que uma versão mais sintética, bilingue (em Português e Inglês), seria objecto de publicação em papel e posterior disseminação junto da comunidade científica e técnica, bem como junto das Forças de Segurança.

Para efeitos desta publicação solicitou-se ao Doutor António Manuel Marques, da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Setúbal, a tarefa de sistematizar o excepcional estudo elaborado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, e de colaborar, conjuntamente com a DGAI, na edição da respectiva versão bilingue.

Cabe agradecer a todos os que deram o seu melhor para a realização, quer da pesquisa, quer da presente edição, numa lógica de trabalho colaborativo que importa estimular.

PREFÁCIO INSTITUCIONAL

A Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI) tem vindo a acompanhar a evolução do crime de violência doméstica (VD) em Portugal, apoiada pelos dados da notação estatística específica deste crime efectuada pela GNR e pela PSP desde 1999.

A criação e desenvolvimento de um procedimento único de registo das ocorrências que chegam ao conhecimento das Forças de Segurança, implementado em 2007, em muito beneficiaram das orientações do Ministro da Administração Interna, de Março de 1998, que se traduziram num registo autónomo deste tipo de crime, orientações que se vieram a revelar cruciais para a criação de uma série temporal contínua de registo entre 1999 e a actualidade.

A visibilidade pública da problemática da VD na sociedade portuguesa tem registado um acréscimo significativo nos últimos anos, devido à acção da comunicação social e de entidades públicas e privadas que a elegeram como objecto de estudo e de intervenção. Os três Planos Nacionais contra a Violência Doméstica já cumpridos atestam a mobilização dos recursos públicos e a mobilização dos parceiros institucionais que tem vindo a ser feita, mais consistentemente, e como se referiu, desde 1999.

Os dados mais recentes disponíveis na Base de Dados de Violência Doméstica (BDVD), respeitantes à VD reportada às Forças de Segurança,

põem em evidência a elevada incidência (casos por 10.000 habitantes) deste tipo específico de crime na Região Autónoma dos Açores (RAA). Ainda que existam outras Regiões do País (concretamente na Madeira e no Norte Continental) com incidências acima do valor médio nacional, a sobre-incidência da VD na RAA tem-se revelado persistente e com ritmos de crescimento elevados.

Uma análise mais em profundidade demonstra que esta VD é maioritariamente conjugal, afectando sobremaneira o género feminino, etransversal em termos etários e de pertença social. No entanto, persiste a necessidade de se actualizar e aprofundar o conhecimento acerca deste problema social no tocante à sua extensão, intensidade e configuração. Este esforço está hoje bastante facilitado pela existência de uma BDVD central, permitindo a realização de estudos regionais e locais, sem perder de vista a configuração nacional desta problemática.

A informatização desses registos e a criação da respectiva base de dados única sobre violência doméstica, alimentada pelas Forças de Segurança e sediada na Rede Nacional de Segurança Interna – cfr. Medida 6.2 da Área Estratégica de Intervenção 2 do III Plano Nacional contra a Violência Doméstica (2007-2010) – ver Resolução do Conselho de Ministros nº 83/2007, de 22 de Junho – trouxe inegáveis progressos para a compreensão deste fenómeno, entretanto tipificado com a revisão do Código Penal.

Já no estudo sobre a Situação Social das Mulheres (1999), realizado por investigadores da Universidade dos Açores, sob coordenação da Professora Doutora Gilberta Rocha, se referia que esta violência se confundia, em termos dos grandes números, com a violência contra as mulheres num quadro de relações conjugais muito assimétricas entre os cônjuges, com evidente prejuízo para a plenitude direitos, liberdades e garantias das mulheres. Outras fontes, não sistemáticas, corroboram a ideia de que a violência doméstica na RAA apresenta uma gravidade muito acentuada, exigindo-se um esforço no sentido da sua compreensão, e tendo em vista o desenvolvimento de estratégias de prevenção adequadas.

De entre as fontes relevantes importa ainda destacar o Inquérito Violência de Género, realizado pelo CESNOVA (FCSH/Universidade Nova de Lisboa) e coordenado pelo Professor Doutor Manuel Lisboa, que mais recentemente (em 2009) destacava esta mesma especificidade:

“Na Região Autónoma dos Açores, em 2008, o conjunto da vitimação relativa à violência física, sexual e psicológica, exercida contra as mulheres com 18 ou mais anos, nos últimos 12 meses ou em anos anteriores, tem uma prevalência de 53,3%. Comparando com os resultados obtidos no Continente (38%) em 2007, a prevalência da vitimação nos Açores é superior.

(...) Se tivermos em consideração que a maior parte das vítimas destes actos continua a “deixar andar e ir calando” e os autores são essencialmente os maridos/companheiros/namorados actuais ou passados, conferindo-lhes um grau acrescido de ocultação, tal significa que estamos perante situações que requerem acções rápidas e eficazes, sob pena de prolongarem trajectórias de violência até limites de perigo físico para as vítimas”.

Persiste, por conseguinte, a necessidade de se actualizar e aprofundar o conhecimento acerca deste problema social no tocante à sua extensão, intensidade e configuração. O sistema estatístico nacional ainda apresenta insuficiências no tocante à captação da violência contra as mulheres na sua abrangência e complexidade. As estatísticas da criminalidade registada pelas autoridades policiais, cada vez mais aperfeiçoadas e beneficiando de um novo modelo de registo (Auto de Notícia/Denúncia), já aqui referido, captam apenas as ocorrências criminais que chegam ao conhecimento das autoridades.

Um dos objectivos que a DGAJ prossegue, no quadro das suas atribuições, tal como definidas pelo Decreto-Lei nº 78/2007, de 29 de Março, consiste em “prever e acompanhar o impacte das alterações sociais, económicas e normativas na caracterização do ambiente social em que operam os diversos serviços do sistema de segurança interna”. Ora, uma das questões sensíveis relativamente à revelação das práticas de VD prende-se com os efeitos, à escala das comunidades, da transformação deste ilícito num crime público e, mais recentemente, na sua autonomização no Código Penal. [A Lei nº 59/2007, de 4 de Setembro, consagrou a VD como crime autónomo, ampliando o seu âmbito subjectivo, introduzindo uma agravação do limite mínimo da pena, no caso de o facto ser praticado na presença de menores ou no domicílio da vítima, e reforçando as medidas protectoras da vítima, entre outras alterações igualmente relevantes].

Tornou-se, assim, indispensável perceber se a tendência identificada para o crescimento das participações de VD, nomeadamente das que chegam ao conhecimento das Forças de Segurança, decorre principalmente das alterações normativas da última década, ou de processos degenerativos das relações interpessoais, agudizados por causas micro-sociais que cabe descortinar para melhor agir sobre elas. Por outro lado, o legislador ao prever a reiteração como elemento coadjutor da tipificação suscitou óbvia necessidade de conhecer melhor esta mesma reiteração e de procurar desenvolver mecanismos dissuasores da sua prevalência, os quais terão um impacte não desprezível sobre a gestão da resposta pública a este flagelo.

Qualquer que seja o quadro explicativo do fenómeno da VD na RAA, concluiu-se que as respostas impunham a necessidade de estudos que permitam actualizar e aprofundar o conhecimento científico da VD no tocante à sua extensão e configuração, ajudando a construir respostas mais adequadas para lidar com esse fenómeno.

Todavia, não menos relevante para o entendimento da oportunidade e necessidade de solicitar um estudo específico sobre VD ao Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, foi a própria manifestação de interesse por parte do Comando Regional da Polícia de Segurança Pública, na pessoa do seu Comandante Regional, Superintendente Barros Correia, destacando a complexidade da abordagem policial a um problema de contornos sociais múltiplos, não redutíveis às competências de um Órgão de Polícia Criminal. Em concreto, a solicitação relevante consistiu em identificar a necessidade de conhecimento útil para o desenvolvimento de estratégias de prevenção primária e de enfrentamento, numa lógica de prevenção secundária e terciária, das suas consequências, quer para as vítimas, quer para os agressores.

Este quadro de referência determinou o posicionamento da DGAI no sentido de apoiar no início de 2009 o estabelecimento de uma parceria de investigação-para-a-acção¹, entendida esta como uma modalidade de action research, com salvaguarda dos seguintes parâmetros:

1 Como refere Ferreira de Almeida [2001], "(...) a orientação de um projecto de investigação-acção implica entrosar metodologias de investigação com praxologias da acção, sem esquecer a viabilidade da execução do projecto no seu conjunto, tendo em conta as contingências e constrangimentos inerentes a qualquer intervenção. Implica o recurso

1. Ser desencadeada em parceria por quem tem necessidade de informação/conhecimento de uma situação/problema a fim de agir sobre ela, proporcionando respostas adequadas;
2. Garantir a separação total dos processos de investigação e de acção;
3. Proporcionar a autonomia do trabalho do investigador, designadamente no que respeita à recolha e tratamento da informação;
4. Exigir a independência perante o objecto da pesquisa e o "cliente".

Foi ainda entendimento da DGAI que essa parceria se deveria alargar ao maior número possível de instituições regionais, sobretudo daquelas que já hoje providenciam uma resposta no domínio do apoio à vítima e de reinserção social dos agressores.

No que respeita aos parâmetros enunciados nos pontos 2 a 4 anteriores, a DGAI reconheceu na comunidade científica sediada na academia açoriana os requisitos indispensáveis ao exigente cumprimento da separação entre a integridade do processo de pesquisa e o processo de intervenção social, do respeito pela autonomia requerida e pela independência institucional cooperante. A comunidade científica foi, por conseguinte, o nosso interlocutor qualificado e adequado para este exercício.

O estudo que é agora dado à estampa é, pois, o produto do desafio que foi dirigido ao conjunto das entidades públicas açorianas que integraram, em condições e graus distintos, a parceria de investigação-para-a-acção para uma adequada compreensão do fenómeno da violência doméstica na Região Autónoma dos Açores. A todos é devido um agradecimento muito especial pelo empenho profissional e pela mobilização de vontades que foram capazes de evidenciar.

A DGAI cumpriu igualmente a sua missão, quer através do acompanhamento regular que deu a este projecto, nomeadamente facultando dados estatísticos, mas sobretudo pelo desenvolvimento de uma

a sensibilidades que, não sendo as mesmas, se vêem levadas, de forma inequívoca, a serem comunicantes, não de forma incidental, mas de modo estrutural/estruturante. E, não esqueçamos, é necessário, para o bom sucesso de qualquer projecto deste tipo, que se abandonem as tentações hegemónicas de qualquer das suas vertentes. O que envolve também a necessidade de desocultação e transparência por parte de todos os agentes e processos envolvidos. [A investigação-acção] implica o abandono do praticismo não reflexivo, favorece, quer a colaboração interprofissional, quer a prática pluridisciplinar – quando não interdisciplinar ou mesmo transdisciplinar –, e promove, inegavelmente, a melhoria das intervenções em que é utilizada" (página 176).

plataforma de dados apoiada num sistema de informação geográfica, orientado para a sua utilização pela PSP dos Açores. Através deste produto tecnológico, totalmente identificado com as necessidades expressas pela PSP no tocante à monitorização do fenómeno da VD, espera-se ter contribuído para reforçar a capacidade pública regional no que respeita ao enfrentamento, na lógica da prevenção e da acção reabilitante de vítimas e agressores, da violência doméstica.

É, por isso, devida uma palavra de reconhecimento à anterior Direcção da DGAI pela iniciativa que levou a cabo e pela convicção de que esta era relevante, como tive oportunidade de testemunhar desde a primeira hora no exercício de anteriores funções nesta Direcção-Geral.

Paulo Machado | Director-Geral da Administração Interna

BIBLIOGRAFIA

- AMÂNCIO, Lígia & WALL, Karin (2004). Família e papéis de género: alguns dados recentes do Family and Gender Survey (ISSP), Comunicação apresentada no VIII Congresso, Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra.
- AMÂNCIO, Lígia (1994). *Masculino e Feminino – construção social da identidade*. Porto: Ed. Afrontamento.
- BACELAR-NICOLAU, H. (1980). *Contribuições ao Estudo dos Coeficientes de Comparação em Análise Classificatória*. Tese de Doutoramento. Lisboa: FCL, Universidade de Lisboa.
- BACELAR-NICOLAU, H. (1988). Two Probabilistic Models for Classification of Variables in Frequency Tables. In: . H. H. Bock (Ed.), *Classification and Related Methods of Data Analysis*, North Holland, 181-186.
- BACELAR-NICOLAU, H. (2000). The Affinity Coefficient for Complex Data. In: H. H. Bock, E. Diday (Eds.), *Analysis of Symbolic Data: Exploratory Methods for Extracting Statistical Information from Complex Data*, Series: Studies in Classification, Data Analysis, and Knowledge Organization, Springer, 160-165.
- BACELAR-NICOLAU, H. (2002). On the Generalised Affinity Coefficient for Complex Data. *Biocybernetics and Biomedical Engineering*, 22, 1, 31-42.
- BARDIN, Laurence (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BARROSO, Zélia (2007). *Violência nas Relações Amorosas*. Lisboa: Edições Colibri/SociNova.
- BOCK, H. H., DIDAY E. (Eds.) (2000). *Analysis of Symbolic Data: Exploratory Methods for Extracting Statistical Information from Complex Data*, Series: Studies in Classification, Data Analysis, and Knowledge Organization, Springer.

- CASIMIRO, Cláudia (2002). Representações sociais da violência conjugal. *Análise Social*, XXXVII, 163, 603.
- CASIMIRO, Cláudia (2008). Violências na conjugalidade: a questão da simetria de género. *Análise Social*, XLIII, 579-601.
- COSTA, D. (2005). *Percepção social de mulher vítima de violência conjugal. Estudo exploratório realizado no concelho de Lisboa*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- DGAI (2008). *O registo da violência doméstica pelas Forças de Segurança - Análise do período de 2000 a 2007*.
- DGAI (2008a). *Violência Doméstica – Análise das ocorrências participadas às Forças de Segurança em 2008*.
- DGAI (2008b). *Revisão do Auto de Notícia, da Ficha de Avaliação de Risco e da Base de Dados de Violência Doméstica – Documento de Base ao Relatório de Avaliação e à Proposta de Alterações*, de 12 de Novembro.
- DIAS, Isabel Correia (1997). Estratégias de pesquisa qualitativa no estudo da violência na família, In: António Esteves & José Azevedo (Eds.), *Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais*. Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto: 29-39.
- DIAS, Isabel Correia (2002). O espaço doméstico como lugar de violência entre géneros. *Sociologia*, 12, 103-106.
- DIAS, Isabel Correia (2002). Violência doméstica, In António Teixeira Fernandes (coord.), *A Inserção Social: marginalidades difusas*. Porto: Comissão de Coordenação da Região Norte e Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente cap. 7: 177-219.
- DIAS, Isabel Correia (2003). Amor e violência entre os sexos. *Sociologia*, 13, 103-106.
- DIAS, Isabel Correia (2004). *Violência na Família: Uma Abordagem Sociológica*. Porto: Edições Afrontamento.
- EUROBAROMETRO 51.0 (1999). *L'opinion des européens sur la violence domestique dont sont victimes les femmes*, Commission Européenne.
- GELLES, R. J. (1995), *Contemporary families: A sociological view*. London: Sage.
- GHEZ, M. (2001). Getting the message out: Using media to change social norms on abuse. In C.M. Renzetti, J.L. Edleson, & R.K. Bergen (Eds.), *Sourcebook on violence against women* (pp.417-438). Thousand Oaks: Sage.
- GOMEZ, Y., Méndez-Valvidia, M., Izquierdo, M., Muñiz, C., Díaz, Javier, Herrero, J., & Coto, E. (2002), Mujeres maltratadas por sus parejas masculinas. *Psicothema*, 14, 130-138.

- HIRIGOYEN, Marie-France (1999). *Assédio, Coacção e Violência no Quotidiano*. Lisboa: Edições Pergaminho.
- KAUFMANN, Jean-Claude (2002). *Labirinto conjugal – o casal e o seu guarda-roupa*. Lisboa: Editorial Notícias.
- LALANDA, Piedade (2003). *Transições familiares e construção da identidade das mulheres*, Tese de doutoramento, Lisboa: ICS/Universidade de Lisboa.
- LISBOA, Manuel (2008). *Violência de Género*. Lisboa, Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LISBOA, Manuel (2009). *Inquérito Violência de Género, Região Autónoma dos Açores, Relatório Intercalar*. Lisboa: Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- LISBOA, Manuel (coord), (2006). *Prevenir ou Remediar – os custos sociais e económicos da violência contra as mulheres*. Lisboa: Edições Colibri/SociNova.
- LOURENÇO N., Lisboa, M., & Pais, E. (1997). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos das Mulheres.
- LOURENÇO, Nelson & LISBOA, Manuel (1992). *Representações da Violência*. Lisboa: Centro de Estudos Jurídicos.
- MACHADO, C., Martins, A.I., Santos, A.S., Dias, M., Antunes, C., & Rato, A. (2005). Crenças e atitudes policiais sobre violência conjugal. Separata da *Revistado CEJ*, 3, 293-303.
- MACHADO, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2004). ECVC – Escala de crenças sobre a violência conjugal. In L. Almeida, M. Simões, C. Machado & M.M. Gonçalves (Coords.), *Avaliação psicológica. Instrumentos validados para a população portuguesa*. Vol II (pp. 127-140). Coimbra: Quarteto.
- MACHADO, C., Matos, M., & Moreira, A.I. (2003). Violência nas relações amorosas: comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- MACHADO, Carla, Gonçalves, Miguel, Matos, Marlene (2008). *Manual da Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal (ECVC) e do Inventário de Violência Conjugal (IVC)*. Braga, Psiquilíbrios.
- MARTINS, S. & Machado, C. (2007). O olhar judicial sobre a violência conjugal: um estudo qualitativo. *Revista do Ministério Público*, 112, 101-119.
- MATOS, M. (2000). *Violência conjugal: O processo de identidade da mulher*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia.
- MOREIRA, Carlos (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISCSP.

- MUGFORD, J. (1989). *Domestic violence: Violence today*. Canberra: Australian Institute of Criminology.
- NICOLAU, F. & Bacelar-Nicolau, H. (1999). Clustering Symbolic Objects Associated to Frequency or Probability Laws by the Weighted Affinity Coefficient. In: H. Bacelar-Nicolau, F. Nicolau and Jacques Janssen (Eds.), *Applied Stochastic Models and Data Analysis. Quantitative Methods in Business and Industry Society*. Lisboa: INE, 155-158.
- NICOLAU, F. (1983). Cluster Analysis and Distribution Function. *Methods of Operations Research*, 45, 431-433.
- NICOLAU, F., Bacelar-Nicolau, H. (1998). Some Trends in the Classification of Variables. In: C. Hayashi, N. Ohsumi, K. Yajima, Y. Tanaka, H. H. Bock, Y. Baba (Eds.), *Data Science, Classification, and Related Methods*. Springer-Verlag, 89-98.
- PAIS, Elza, (1998). *Homicídio Conjugal em Portugal*. Lisboa: Hugin Editores.
- PARDAL, Luís & CORREIA, Eugénia (1995). *Métodos e técnicas de investigação social*. Porto: Areal Editores.
- POIRIER, Jean, Clapier-Valladon, Simone & Raybaut, Paul (1999). *Histórias de Vida - teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- PORTUGAL, Sílvia (2000). Globalização e Violência Doméstica. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 57/58, 231-258.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes & Ferreira, Eduardo (2008). População e circulação de pessoas. *História dos Açores*, Cap. VI, Vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura: 581-610.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (1991). *Dinâmica Populacional dos Açores no séc. XX – Unidade - Permanência – Diversidade*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, (2008b). Universidade – reflexividade e acção. in Anália Torres & Luís Baptista (Org), *Sociedades Contemporâneas – reflexividade e acção*. Porto: Edições Afrontamento.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, Medeiros, Octávio, Diogo, Fernando & Diogo, Ana Matias (2008a). *Socializações Alternativas - Crianças e Jovens em Instituições de Acolhimento*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, Medeiros, Octávio; Diogo, Fernando, Tomás, Licínio; Borralho, Álvaro & Madeira, Artur (1999). *A Situação das Mulheres nos Açores*. Ponta Delgada: Assembleia Legislativa Regional dos Açores.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes, Santos, Amélia & Tomás, Licínio (2006). *Entre Margens – percursos para uma vida activa*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores/ Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional da Secretaria Regional da Educação e Ciência.

- SAFFIOTI, Heleieth (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13, 4, 82-91.
- SEGALEN, Martine (1984). *Sociologie de la famille*. Paris : Ed. Armand Colin.
- SINGLY, François de (1998). Individualisme et lien social. *Lien Social et Politiques*, 39: 33-45.
- SINGLY, François de (2000). *O eu, o casal e a família*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- TOMÁS, Licínio Manuel Vicente (coord.), Roque, Ricardo; Ferreira, Eduardo & Mendes, Derrick (colab.) (2007). *Caracterização dos públicos e dos consumos culturais na Região Autónoma dos Açores. Hábitos de Leitura e Públicos Leitores (parte 1)*. Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores [policopiado]
- TORRES, Anália (2001). *Casamento e género: mudança nas famílias contemporâneas a partir do caso português*. *Interseções*, 2, 53-70.
- TORRES, Anália Cardoso (1996). *Divórcio em Portugal – Ditos e Interditos*, Oeiras: Ed. Celta.
- TORRES, Anália Cardoso (2002). *Casamento em Portugal*. Oeiras: Ed. Celta.
- TORRES, Anália Cardoso (2002). Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos, *Análise Social*, XXXVII (163), 569-602.
- WATZLAWICK, Paul, Beavin, Janet & Jackson, Don (1962). *Pragmática da Comunicação humana. Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interacção*. São Paulo: Editora Cultrix.

COLECÇÃO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

2

**A VIOLÊNCIA
DOMÉSTICA NA
REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES**
ESTUDO SÓCIO-CRIMINAL

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA
Gilberta Pavão Nunes Rocha
Piedade Lalanda

Suzana Nunes Caldeira
Áurea Sousa
Ana Cristina Palos
Daniela Soares

COLABORAÇÃO
Sofia Rodrigues
Derrick Mendes

A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

2

A prevenção e a luta
contra a violência
doméstica
e a protecção das
respectivas vítimas,
maioritariamente
mulheres, ocupa um
lugar da maior
relevância
(...) no âmbito dos
programas de
segurança comunitária
desenvolvidos pelo
Ministério da
Administração Interna
(...) porque a luta
contra este fenómeno
criminal é uma luta
na qual deve intervir
toda a comunidade.



DGAI DIRECÇÃO GERAL
DE ADMINISTRAÇÃO
INTERNA

